

**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
ESTADO DA BAHIA**

REF. EDITAL Nº001/2011- CONCURSO PÚBLICO

**ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL /
ÁREA DE QUALIFICAÇÃO: COMISSÕES /
SUB-ÁREA: ASSESSORIA TÉCNICA À
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO
E MEIO AMBIENTE**

INSTRUÇÕES

**P
R
O
V
A

A
M
A
R
E
L
A**

- Você está recebendo do fiscal um Caderno de Questões com 50 (cinquenta) questões numeradas sequencialmente e 01 (uma) redação, que compõem a prova objetiva e a Prova Dissertativa.
- Composição da Prova:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 13	Língua Portuguesa
14 a 26	Legislação Municipal
27 a 34	Informática
35 a 50	Conhecimento Específico
01	Prova Dissertativa (Redação)

- Você receberá, também, a Folha de Respostas personalizada para transcrever as respostas das questões da prova objetiva e uma Folha de Versão Definitiva para transcrever a redação.

ATENÇÃO

1. É proibido folhear o Caderno de Questões antes da autorização do fiscal.
2. Após autorização, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Confira também se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso haja qualquer divergência, comunique o fato ao fiscal imediatamente.
3. Confira seu nome completo, o número de seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Caso encontre alguma divergência, comunique o fato ao fiscal para as devidas providências.
4. Você deverá transcrever as respostas das questões objetivas para a Folha de Respostas definitiva, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato.
5. Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta com tinta de cor azul ou preta.
6. Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas:
7. A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados às respostas.
8. O candidato deverá marcar na Folha de Respostas a cor que corresponde a sua prova.
9. Na correção da Folha de Respostas, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas, que contiverem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que

- legível. Assim que o candidato finalizar sua prova, deverá, obrigatoriamente, devolver a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Redação devidamente preenchidas e assinadas ao fiscal da sala.
10. Você dispõe de 4h (quatro horas) para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas e também a redação e a Versão Definitiva da Prova de Redação. Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo.
 11. Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. Caso queira levar o caderno de questões, só poderá levá-lo após 4h (quatro horas) decorridas do início da prova. As provas estarão disponibilizadas no site da AOCPC (www.aocpc.com.br), a partir da divulgação do Gabarito Preliminar. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
 12. Os 03 (três) últimos candidatos da sala só poderão sair juntos e após a conferência de todos os documentos da sala e assinatura do termo de fechamento.
 13. Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, *Walkman*, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.
 14. Os objetos de uso pessoal, incluindo telefones celulares, deverão ser desligados e mantidos dessa forma até o término da prova e entrega da Folha de Respostas ao fiscal.
 15. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

TEXTO 1

O Colapso do Enem

Se restava alguma dúvida quanto à credibilidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ela foi desfeita depois que a Justiça Federal concedeu liminar prorrogando por seis dias o prazo de inscrições somente nas universidades federais situadas no Estado do Rio de Janeiro. Com isso, a confusão aumentou ainda mais, pois o sistema de informática do Ministério da Educação (MEC) não está preparado para "isolar" os estudantes fluminenses. O término das inscrições estava previsto para as 23h59 da última terça-feira e já havia sido prorrogado até o último minuto de quinta-feira pelo Ministério da Educação.

Além das trapalhadas administrativas e eletrônicas, as inscrições agora estão marcadas por indefinições e incertezas na área jurídica. Como a disputa pelas 83.125 vagas oferecidas pelo Sisu envolve um concurso de amplitude nacional, o adiamento das inscrições somente no Estado do Rio de Janeiro fere o princípio da isonomia - e isso poderá levar para o âmbito da Justiça o processo seletivo das 83 universidades públicas que aceitaram a proposta do MEC de substituir o vestibular tradicional pelas notas do Enem.

Depois de todas as trapalhadas ocorridas em 2009, esperava-se que o MEC tivesse tomado as medidas necessárias para evitar que elas se repetissem. Infelizmente, isso não aconteceu. Entre outros tropeços, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) - o órgão encarregado do Enem e do Sisu - não conseguiu explicar por que vestibulandos que se inscreveram para determinados cursos de determinadas instituições tiveram seus nomes registrados em cursos diferentes oferecidos por outras universidades - com uma distância superior a mil quilômetros entre elas.

O Inep chegou a reconhecer que o sistema de informática não foi planejado para atender à demanda, mas afirmou que ele estava imune a erros e riscos de manipulação. Com cópias de imagens extraídas do site do MEC, os estudantes desmoralizaram o órgão, mostrando que as opções de curso realizadas entre a manhã de domingo e a tarde de segunda-feira foram alteradas entre a terça e a quarta-feira. Além disso, mais uma vez o Inep não conseguiu evitar o vazamento de informações sigilosas dos vestibulandos e houve até casos de dados que foram modificados com nítida má-fé por concorrentes.

O novo fracasso do MEC pode comprometer o início do ano letivo das instituições que fazem parte do Sisu e pôr em risco o planejamento do ensino superior público para 2011. Os prazos de inscrição no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e no ProUni, por exemplo, já tiveram de ser prorrogados.

Como ocorreu em 2009, para aplacar críticas, a cúpula do MEC substituiu o presidente do Inep. Em pouco mais de um ano, o órgão - que também é responsável pelo Ideb, pelos censos da educação e pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - teve três presidentes.

Os dois primeiros assumiram o cargo prometendo resolver as trapalhadas administrativas na condução do Enem. E a terceira - a pedagoga Malvina Tuttman -, assim que foi nomeada, esta semana, propôs a criação de uma Concursosbrás - uma estatal para gerir o Enem e fazer avaliações. A ideia já havia sido discutida pelo MEC com o Ministério do Planejamento, em 2009, mas não prosperou.

Em vez de cobrar eficiência e corrigir os problemas de gestão da máquina do MEC, uma das maiores da administração pública federal, a presidente do Inep - seguindo uma triste tradição do serviço público brasileiro - quer ampliar ainda mais a burocracia. E isso pode resultar em mais contratações e gastos, sem qualquer garantia de que sejam sanadas as deficiências que levaram à desmoralização do Enem.

Na realidade, o desafio não é criar órgãos novos, mas requalificar a burocracia do MEC, reestruturar o sistema de avaliação desfigurado pelo último governo e rever o Sisu - esse gigantesco vestibular das universidades federais que a União não consegue gerir.

É o caso de discutir a possibilidade de voltar ao esquema em que cada universidade federal tinha autonomia para definir seu vestibular, sem qualquer interferência dos ineptos burocratas de Brasília.

O Estado de S.Paulo, 22 de janeiro de 2011. A3.

As questões de 1 a 12 referem-se ao texto 1.

QUESTÃO 01

“É o caso de discutir a possibilidade de voltar ao esquema...”

A oração destacada é subordinada substantiva

- (A) predicativa.
- (B) objetiva direta.
- (C) objetiva indireta.
- (D) subjetiva.
- (E) completiva nominal.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa correta quanto aos elementos linguísticos empregados no texto.

- (A) Em “...o desafio não é criar órgãos novos, mas requalificar a burocracia do MEC...”, a expressão mas pode ser substituída pela expressão e sim, sem comprometer a gramática do texto.
- (B) Em “...sem qualquer interferência dos ineptos burocratas de Brasília.”, a expressão ineptos pode ser substituída pela expressão inaptos, sem prejuízo semântico para o contexto.
- (C) Em “O novo fracasso do MEC pode comprometer o início do ano letivo...”, a sequência verbal pode comprometer pode ser substituída pela forma verbal compromete, sem prejuízo semântico para o contexto.
- (D) Em “...afirmou que ele estava imune a erros e riscos de manipulação.”, o elemento a é exigência do nome erros, que se encontra no gênero masculino.
- (E) Em “...não conseguiu explicar por que vestibulandos que se inscreveram...”, o pronome se pode ser posposto ao verbo inscreveram, sem prejuízo semântico para a correção gramatical do texto.

QUESTÃO 03

Em “...esperava-se que o MEC tivesse tomado as medidas necessárias...”, a oração destacada é subordinada

- (A) adverbial temporal.
- (B) adverbial concessiva.
- (C) substantiva subjetiva.
- (D) substantiva predicativa.
- (E) substantiva objetiva direta.

QUESTÃO 04

“Se restava alguma dúvida quanto à credibilidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ela foi desfeita depois que a Justiça Federal concedeu liminar prorrogando por seis dias o prazo de inscrições somente nas universidades federais situadas no Estado do Rio de Janeiro.”

A forma verbal prorrogando é uma oração

- (A) subordinada adverbial temporal reduzida de gerúndio.
- (B) subordinada adjetiva restritiva reduzida de gerúndio.
- (C) subordinada substantiva objetiva direta reduzida de gerúndio.
- (D) subordinada adverbial consecutiva reduzida de gerúndio.
- (E) subordinada substantiva subjetiva reduzida de gerúndio.

QUESTÃO 05

Diante de cada fragmento entre aspas abaixo, encontra-se, destacado, um fragmento reescrito correspondente. Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita que não compromete a correção gramatical do texto.

- (A) “Se restava alguma dúvida quanto à credibilidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ela foi desfeita depois que a Justiça Federal concedeu liminar prorrogando por seis dias o prazo de inscrições somente nas universidades federais situadas no Estado do Rio de Janeiro.”: A Justiça Federal concedeu liminar prorrogando por seis dias o prazo de inscrições somente nas universidades federais situadas no Estado do Rio de Janeiro porque a credibilidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção foi desfeita.
- (B) “O Inep chegou a reconhecer que o sistema de informática não foi planejado para atender à demanda, mas afirmou que ele estava imune a erros e riscos de manipulação.”: Embora o Inep tenha chegado a reconhecer que o sistema de informática não foi planejado para atender à demanda, afirmou que ele estava imune a erros e a riscos de manipulação.
- (C) “Com isso, a confusão aumentou ainda mais, pois o sistema de informática do Ministério da Educação (MEC) não está preparado para ‘isolar’ os estudantes fluminenses.”: Como os estudantes fluminenses foram isolados no sistema de informática do Ministério da Educação (MEC), a confusão aumentou ainda mais.
- (D) “Em vez de cobrar eficiência e corrigir os problemas de gestão da máquina do MEC [...], a presidente do Inep [...] quer ampliar ainda mais a burocracia.”: A presidente do Inep quer cobrar eficiência e corrigir os problemas de gestão da máquina do MEC [...], que pretende ampliar ainda mais a burocracia.
- (E) “Como ocorreu em 2009, para aplacar críticas, a cúpula do MEC substituiu o presidente do Inep.”: O presidente do Inep foi substituído em 2009 para aplacar as críticas da cúpula do MEC.

QUESTÃO 06

Está adequada a correlação e a grafia dos tempos e modos verbais em

- (A) Se o MEC tomava as medidas necessárias e evitava que elas se repetissem, talvez todas as trapalhadas ocorridas em 2009 não ocorreriam.
- (B) Preveram o término das inscrições para as 23h59 e já prorrogaram até o último minuto de quinta-feira pelo Ministério da Educação.
- (C) Embora se esperou que o MEC tomasse as medidas necessárias para evitar que elas se repetissem, isso não ocorreu.
- (D) Depois de todas as trapalhadas ocorridas em 2009, esperava-se que o MEC tomasse as medidas necessárias e evitasse que os problemas se repetissem,
- (E) Caso o MEC discutia a ideia com o Ministério do Planejamento, em 2009, não teria havido problemas na aplicação das provas.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa correta quanto ao emprego dos elementos linguísticos no texto.

- (A) Em “...não é criar órgãos novos, mas requalificar...”, a retirada da vírgula não compromete a gramática do texto.
- (B) Em “...e houve até casos...”, a inserção de uma vírgula após a expressão até não compromete a gramática do texto.
- (C) Em “...e houve até casos...”, a forma verbal houve pode ser substituída pela forma verbal houveram.
- (D) Em “...não foi planejado para atender à demanda...”, a retirada do acento indicativo de crase é facultativa.
- (E) Em “E a terceira - a pedagoga Malvina Tuttmann -...”, os travessões podem ser substituídos por vírgulas.

QUESTÃO 08

Em “Na realidade, o desafio não é criar órgãos novos...”, a oração destacada é subordinada substantiva

- (A) objetiva direta.
- (B) predicativa.
- (C) objetiva indireta.
- (D) subjetiva.
- (E) completiva nominal.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa cuja sequência verbal destacada constitui um tempo composto.

- (A) “término das inscrições [...] já havia sido prorrogado...”
- (B) “isso pode resultar em mais contratações e gastos...”
- (C) “Inep chegou a reconhecer que o sistema de informática...”
- (D) “Os prazos de inscrição [...] tiveram de ser prorrogados.”
- (E) “...mais uma vez o Inep não conseguiu evitar o vazamento...”

QUESTÃO 10

“Além disso, mais uma vez o Inep não conseguiu evitar o vazamento de informações...”

A expressão destacada funciona, no contexto, como

- (A) objeto indireto.
- (B) agente da passiva.
- (C) complemento nominal.
- (D) objeto direto.
- (E) adjunto adnominal.

QUESTÃO 11

“**Como** ocorreu em 2009, para aplacar críticas, a cúpula do MEC substituiu o presidente do Inep.”

A expressão destacada estabelece, no contexto, uma relação lógico-semântica de

- (A) Causa.
- (B) Conformidade.
- (C) Consequência.
- (D) Comparação.
- (E) Concessão.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa cuja sequência verbal constitui duas ações independentes.

- (A) “...esperava-se que o MEC tivesse tomado as medidas necessárias...”
- (B) “...e isso poderá levar para o âmbito da Justiça...”
- (C) “...mais uma vez o Inep não conseguiu evitar o vazamento...”
- (D) “...assumiram o cargo prometendo resolver as trapalhadas...”
- (E) “...quer ampliar ainda mais a burocracia.”

QUESTÃO 13

Quanto a sua forma, *aviso* e *ofício* seguem o modelo do *padrão ofício*, com acréscimo

- (A) da assinatura.
- (B) do local e da data.
- (C) do destinatário.
- (D) do assunto.
- (E) do vocativo.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÃO 14

Análise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, quanto à regulamentação e à utilização de logradouros públicos, especialmente no perímetro urbano, compete ao Município do Salvador

- I. fixar locais para estacionamento de veículos, inclusive em áreas de interesse turístico e de lazer.
- II. fixar e sinalizar os limites das zonas de silêncio, de trânsito e de tráfego em condições especiais.
- III. disciplinar os serviços de carga e descarga, fixar os tipos, dimensões e tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais.
- IV. prover sobre a denominação, numeração e emplacamento de logradouros públicos, vedada a utilização de nome, sobrenome ou cognomes de pessoas vivas.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 15

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, compete privativamente à Câmara Municipal, EXCETO

- (A) eleger a Mesa, bem como destituí-la na forma regimental.
- (B) decretar estado de calamidade pública, por um prazo de trinta dias se assim o requerer 1/3 (um terço) de seus membros.
- (C) conceder licença aos vereadores, e declarar, nos casos previsto nesta lei, a perda dos respectivos mandatos.
- (D) omar e julgar as contas do prefeito.
- (E) fixar os subsídios dos vereadores, do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários e do procurador geral, observando os limites previstos em lei.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, ao vereador é vedado desde a diplomação

- (A) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato, ou pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- (B) ocupar, na área municipal, cargo, função ou emprego de que seja demissível “ad nutum”.
- (C) estabelecer domicílio fora do município durante o exercício do mandato.
- (D) celebrar contrato com pessoa de direito público, entidade autárquica, sociedade de economia mista, empresa pública ou concessionária de serviço público local, salvo quando obedecer a normas uniformes.
- (E) integrar Conselhos Municipais.

QUESTÃO 17

Análise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, são princípios que fundamentam a organização do Município:

- I. o parcial exercício da autonomia municipal.
- II. o exercício da soberania e a participação popular na administração municipal e no controle de seus atos.
- III. a garantia de acesso de todos os munícipes, de forma justa e igualitária, aos bens e serviços públicos que assegurem as condições essenciais de existência digna.
- IV. a improbidade na administração.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 18

O vereador que, sem justo motivo, deixar de comparecer à sessão do dia ou ausentar-se no momento de votação das matérias da Ordem do Dia, deixará de perceber

- (A) um trinta-avos do subsídio.
- (B) um trinta-avos do subsídio e da representação.
- (C) dois trinta-avos do subsídio e da representação.
- (D) dois quintos da representação.
- (E) um terço da representação.

QUESTÃO 19

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, o Processo Legislativo compreende a elaboração de

- I. Emenda à Lei Orgânica.
- II. Leis complementares.
- III. Leis ordinárias.
- IV. Decretos Legislativos e Resoluções.

- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 20

Na composição das Comissões Permanentes atender-se-á tanto quanto possível, à representação proporcional dos partidos políticos. Nenhum vereador poderá fazer parte de mais de

- (A) uma comissão.
(B) duas comissões.
(C) três comissões.
(D) quatro comissões.
(E) cinco comissões.

QUESTÃO 21

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, provado em redação final, será o projeto enviado ao prefeito que, aquiescendo, o sancionará no prazo de

- (A) 05 (cinco) dias.
(B) 10 (dez) dias.
(C) 10 (dez) dias úteis.
(D) 15 (quinze) dias úteis.
(E) 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas. De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Salvador, o adicional por tempo de serviço é devido ao servidor à razão de _____ por _____ de efetivo exercício na administração direta, autárquica ou fundacional, de ambos os Poderes do Município, incidente, exclusivamente, sobre o vencimento do seu cargo efetivo, até o limite de _____.

- (A) 4% (quatro por cento) / biênio / 51% (cinquenta e um por cento)
(B) 3% (três por cento) / biênio / 51% (cinquenta e um por cento)
(C) 2% (dois por cento) / triênio / 50% (cinquenta por cento)
(D) 3% (três por cento) / triênio / 51% (cinquenta e um por cento)
(E) 2% (dois por cento) / biênio / 50% (cinquenta por cento)

QUESTÃO 23

No que diz respeito aos trabalhos das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Salvador, segundo seu Regimento Interno, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Os trabalhos da Câmara obedecem a seguinte ordem: leitura da ata da Sessão anterior e sua votação; distribuição de matérias aos Relatores, leitura de pareceres, sua discussão e votação; leitura, discussão e votação de outras matérias.
- II. A ordem dos trabalhos das Comissões é inalterável.
- III. Às Comissões é lícito dividir a matéria sujeita a seu exame, para facilidade de estudo, distribuindo cada parte a um Relator parcial, e designando um Relator geral, de modo a ser enviado à Mesa um só parecer.
- IV. O componente da Comissão que for designado Relator de qualquer matéria, deverá apresentar parecer, no prazo de 30 (trinta) dias.

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas II e IV.
(C) Apenas I, III e IV.
(D) Apenas III.
(E) Apenas I.

QUESTÃO 24

Quanto às sessões da Câmara, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. As sessões ordinárias da Câmara ocorrem em dias úteis, excetuando o período de recesso, às segundas, terças e quartas-feiras, a partir das 14h30, com tolerância de 30 (trinta) minutos para espera de quorum.
- II. As Sessões Extraordinárias têm preferência sobre as demais e, somente, por motivo de alta relevância, poderão ser dispensadas.
- III. Durante as Sessões apenas os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário.
- IV. As Sessões da Câmara serão públicas, salvo resolução em contrário, tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, quando houver motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 25

Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

De forma geral, a economia da qualidade trata da expressão dos benefícios da qualidade sob a forma de unidades monetárias. Os modelos, nesse caso, envolvem tanto o/a _____ das qualidades quanto o/a _____ pela eliminação da má qualidade.

- (A) priorização / projeto dos produtos
- (B) análise do valor / minimização de custos
- (C) custo de refazimento / desenvolvimento do processo produtivo
- (D) controle de erros, falhas e perdas / análise de desempenho
- (E) atendimento a clientes e consumidores com problemas / viabilização do projeto em face das características e políticas da empresa

QUESTÃO 26

Cite alguns dos aspectos envolvidos em um modelo usualmente empregado para o planejamento da gestão da qualidade.

- (A) Organização, interação organizada das partes e classificações de defeitos.
- (B) Administração, testes com o produto acabado e realimentação.
- (C) Política da qualidade, desenvolvimento do processo produtivo e estruturação do projeto.
- (D) Planejamento, propriamente dito, elaboração de manuais e programas de treinamento e conscientização.
- (E) Implantação e avaliação, diagnóstico e política da qualidade.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 27

Sobre memória cache, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O custo da memória cache é muito inferior se comparado com o custo da memória real ou RAM.
- II. Memória cache é um memória volátil de alta velocidade.
- III. O tempo de acesso a um dado contido em uma memória cache é muito menor que se esse dados estivesse na memória principal.
- IV. A qualidade a memória cache é tão superior que ela é muito maior que a memória RAM ou real.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 28

Sobre clock, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O sinal de clock é utilizado pela unidade de controle para execução das instruções.

- II. O clock é um dispositivo, localizado na UCP, que gera pulsos elétricos síncronos em um determinado intervalo de tempo (sinal de clock).
- III. A quantidade de vezes que o pulso elétrico síncronos acontecem em um segundo define a frequência do clock.
- IV. A frequência do clock de um processador é medida em Hertz (Hz).

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 29

Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

Os _____ podem armazenar centenas de megabytes (tipicamente, cerca de _____). Os equipamentos que fazem a leitura de _____ são instalados, normalmente no interior dos _____ dos computadores convencionais.

- (A) CD-ROM's / 600 Mbytes/ CD-ROM's / gabinetes
- (B) CD-ROM's / 600 Gigabytes/ CD-ROM's / gabinetes
- (C) CD-ROM's / 600 Gigabytes/ CD-ROM's / placas mãe
- (D) DVD-ROM's / 600 Mbytes/ CD-ROM's / gabinetes
- (E) Bluray-ROM's / 600 Mbytes/ CD-ROM's / placas mãe

QUESTÃO 30

Sobre arquivos de computadores digitais convencionais, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Arquivo é o nome genérico dado a um conjunto de dados referenciados por um único nome.
- II. O texto de uma carta digitado em um editor de texto e gravado em um disquete é um arquivo.
- III. Um arquivo deve possuir no mínimo um kilobyte para ser considerado um arquivo.
- IV. Um arquivo tem um limite máximo de tamanho em todos os sistemas operacionais.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 31

Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

AVI – Forma abreviada para _____ Video Interleave. _____ da Microsoft para o armazenamento de _____ com movimento (_____) e _____ em arquivos para uso em sistemas operacionais.

- (A) Audio / Padrão / arquivos / slide / sons
- (B) Audio / Padrão / fotos/ slide / sons
- (C) access / Modelo / imagens / vídeo / sons
- (D) access / Padrão / imagens / vídeo / sons
- (E) Audio / Padrão / imagens / vídeo / sons

QUESTÃO 32

Sobre computadores digitais e Hardware, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Um computador digital é constituído por um conjunto de componentes interligados.
- II. Processadores, memórias principais, registradores, discos magnéticos são componentes de um computador.
- III. Componentes de um computador podem ser divididos em três subsistemas básicos: unidade central de processamento, memória principal e dispositivos de entrada e saída.
- IV. Subsistemas como unidade central de processamento, manipulam dados na forma digital.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas II, III e IV.
(D) I, II, III e IV.
(E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 33

Sobre memória principal ou real ou mesmo RAM, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Atualmente a grande maioria dos computadores usam o byte (8bits) como tamanho de célula nas memórias.
- II. O bit é a unidade básica de memória.
- III. Memórias RAM são compostas por unidades de acesso chamadas células.
- IV. A memória é a parte do computador onde são armazenados instruções e dados.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas II, III e IV.
(D) I, II, III e IV.
(E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 34

O windows XP profissional apresenta uma série de aplicativos em sua instalação padrão, abaixo identifique qual alternativa NÃO apresenta o nome de um destes aplicativos.

- (A) Bloco de notas.
(B) Wordpad.
(C) Mozilla firefox.
(D) Calculadora.
(E) Paint.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 35**

De acordo com a Lei Federal 6766/79 de parcelamento urbano, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser feito apenas mediante remembramento.
(B) A infra-estrutura básica dos parcelamentos é constituída por escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública.
(C) Seu conceito é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
(D) A infra-estrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas como zona social (ZHIS) consistirá, no mínimo, de vias de circulação, rede para o abastecimento de água potável e energia elétrica domiciliar.
(E) Será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas e rurais, assim definida pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.

QUESTÃO 36

Sobre a lei federal de parcelamento do solo (6766/79), é correto afirmar que ela

- (A) foi a primeira lei federal de parcelamento do solo brasileiro.
(B) não interfere na expansão urbana.
(C) não influencia no valor dos lotes.
(D) não influencia na densidade urbana.
(E) é revista e alterada a cada dez anos.

QUESTÃO 37

Sobre a Lei nº 11.481/2007 - Regularização Fundiária NÃO é correto afirmar que

- (A) o beneficiário final pessoa física deve atender aos seguintes requisitos: I – possuir renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos e não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
(B) mediante ato do Poder Executivo e a seu critério, poderá ser autorizada a doação de bens imóveis de domínio da União, a empresas públicas federais, estaduais e municipais.
(C) caberá ao Poder Executivo organizar e manter sistema unificado de informações sobre os bens de que trata esta Lei.
(D) nas áreas urbanas, em imóveis possuídos por população carente ou de baixa renda, onde não for possível individualizar as posses, poderá ser feita a demarcação da área a ser regularizada, cadastrando-se o assentamento, para posterior outorga de título de forma individual ou coletiva.
(E) também se aplica para a zona rural.

QUESTÃO 38

É um dos pilares do PlanHab – Plano Nacional de Habitação

- (A) o planejamento da zona rural e urbana.
(B) o processo participativo de planejamento.
(C) conter expansão urbana.
(D) o melhor direcionamento das zonas residenciais.
(E) a regulamentação das cooperativas habitacionais.

QUESTÃO 39

NÃO é parte do Plano Nacional de Habitação

- (A) A retomada do processo de planejamento do setor habitacional e garantia de novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população.
- (B) Implantação de ZEIS.
- (C) Incentivar as operações urbanas consorciadas.
- (D) Criação do fundo municipal direcionado à habitação de interesse social.
- (E) Possuir 3 etapas de elaboração: metodologia, diagnóstico e estratégia de ação.

QUESTÃO 40

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador - lei 7.400/08, a propriedade imobiliária urbana cumpre sua função quando, em atendimento às funções sociais da cidade e respeitadas as exigências fundamentais do ordenamento territorial estabelecidas no Plano Diretor, forem utilizadas para

- (A) recuperação de áreas de lazer.
- (B) atividades industriais.
- (C) recuperação de áreas degradadas.
- (D) habitação, principalmente Habitação de Interesse Social, HIS.
- (E) atividades de turismo.

QUESTÃO 41

NÃO constitui objetivo da Política Urbana do Município contidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador - lei 7.400/08

- (A) orientar as políticas públicas no sentido da reversão das desigualdades racial e de gênero no Município.
- (B) implementar o Plano Diretor de Bairro.
- (C) consolidar Salvador como uma das metrópoles nacionais do Brasil.
- (D) fortalecer o protagonismo municipal nas decisões de interesse local e regional.
- (E) consolidar a policentralidade urbana, valorizando os centros já instalados e com infra-estrutura, fortalecendo as novas centralidades e promovendo a articulação entre elas.

QUESTÃO 42

Segundo art. 58 - § 2º do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador - lei 7.400/08, habitação de interesse social é

- (A) aquela destinada à população com renda familiar de até 3 SM (três salários mínimos) produzida pelo Poder Público, ou com sua expressa anuência, cujos parâmetros referenciais serão definidos no âmbito do Plano Municipal de Habitação.
- (B) toda área estabelecida em Zonas residenciais.
- (C) aquela destinada à população com renda até 2 SM (dois salários mínimos) prioritariamente e de 3 a 4 SM produzida pelo Poder Público, ou com sua expressa anuência, cujos parâmetros referenciais serão definidos no âmbito do Plano Municipal de Habitação.
- (D) aquela construída através de mutirão cujos parâmetros referenciais serão definidos no âmbito do Plano Municipal de Habitação.
- (E) aquela destinada à população com renda familiar de até 3 SM (três salários mínimos) produzida pelo Poder Público, ou com sua expressa anuência, cujos parâmetros referenciais serão definidos no âmbito do Parcelamento do Solo.

QUESTÃO 43

O Conselho Estadual das Cidades da Bahia - ConCidades/BA, criado através da Lei nº 10.704 de 12 de novembro de 2007, possui entre seus objetivos

- (A) criar um Plano Diretor Estadual.
- (B) aprovar alterações do Plano Diretores Municipais.
- (C) fiscalizar a execução de obras institucionais.
- (D) gerenciar os Planos Diretores dos municípios acima de 100 mil habitantes.
- (E) apoiar e capacitar os Conselhos Municipais das Cidades, fomentando a articulação com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.

QUESTÃO 44

É uma das competências do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Salvador - COMAM Lei Nº 6.916/2005

- (A) gerenciar as áreas verdes da cidade.
- (B) analisar e aprovar projetos de empreendimentos e de atividades que possuam envolvimento ambiental, em conformidade com a Lei de Parcelamento do solo.
- (C) articular as ações ambientais na esfera metropolitana, regional e nacional.
- (D) estabelecer as condições para a defesa e a ocupação de áreas, sítios ou zonas do Município, de acordo com a legislação urbanística e ambiental em vigor.
- (E) emitir projetos específicos e laudos técnicos.

QUESTÃO 45

Assinale a alternativa correta. Trata-se de lei urbanística que NÃO influencia diretamente na densidade urbana

- (A) Lei do Estatuto da Cidade.
- (B) Lei de Parcelamento do solo.
- (C) Lei de Perímetro Urbano.
- (D) Lei de Sistema Viário.
- (E) Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

QUESTÃO 46

Assinale a alternativa que apresenta todos os índices urbanísticos pertencentes à lei de uso e ocupação do solo urbano.

- (A) Coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, gabarito e recuos frontais, laterais e de fundo.
- (B) Coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, gabarito e recuos frontais, laterais e de fundo, dimensões mínimas de terreno.
- (C) Taxa de impermeabilidade, taxa de ocupação e recuos frontais, laterais e de fundo.
- (D) Coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, gabarito e recuos frontais, laterais e de fundo e solo criado.
- (E) Gabarito, taxa de impermeabilidade, taxa de ocupação e recuos laterais.

QUESTÃO 47

Qual instrumento do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257) citado abaixo está diretamente relacionado à habitação de interesse social?

- (A) Usucapião coletivo.
- (B) ZEIS.
- (C) Operação urbana consorciada.
- (D) Direito de superfície.
- (E) Desapropriação.

QUESTÃO 48

É instrumento do Estatuto da Cidade - Lei n.º 10.257

- (A) Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.
- (B) Usucapião rural.
- (C) Desapropriação ambiental.
- (D) EIA-RIMA.
- (E) Contribuição por melhoria.

QUESTÃO 49

NÃO faz parte das novidades introduzidas pela Lei Federal nº 11.977/2009- Regularização fundiária -

- (A) a definição de competências e responsabilidades dos atores envolvidos nos processos de regularização, em especial, a atribuição expressa de competência aos municípios para disciplinar os procedimentos de regularização fundiária dentro de seus limites territoriais.
- (B) a obrigatoriedade da elaboração de projeto de regularização fundiária, instrumento integrador das dimensões social, jurídica, urbanística e ambiental; componentes do processo.
- (C) o estabelecimento de regras para a regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente urbanas.
- (D) a criação dos instrumentos de demarcação urbanística e legitimação de posse, que agilizam os processos de regularização.
- (E) a obrigatoriedade de criação de zonas de regularização fundiária nos Planos Diretores.

QUESTÃO 50

Contribuíram para o amadurecimento do debate sobre o moradia digna o/a

- (A) 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – HABITAT II e Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 (Eco 92).
- (B) Plano Nacional de habitação de Interesse social em 2005 e Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento sustentável.
- (C) Movimento Nacional pela Reforma Urbana e Estatuto da Cidade.
- (D) Estatuto da Cidade e Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92).
- (E) 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos em 1996 e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento sustentável.

PROVA DISSERTATIVA (REDAÇÃO) – VERSÃO RASCUNHO

1. A redação deverá ser elaborada a partir de um tema proposto, baseado em um ou mais textos ou fragmentos de textos. O candidato adotará uma linha de abordagem utilizando a tipologia textual “Dissertação”, em seu texto deverá apresentar valores, opiniões, crenças, hipóteses, ideias, em suma, os aspectos axiológicos ou cognitivos para esse tipo de produção textual.
 - 1.1 A Redação será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:
 - a) o atendimento ao tema proposto;
 - b) a clareza de argumentação/senso crítico;
 - c) a seletividade de informação;
 - d) a criatividade/originalidade;
 - e) a utilização da norma padrão da Língua Portuguesa.
 - 1.2 O candidato terá sua redação avaliada com nota 0 (zero) se:
 - a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
 - b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida, isto é, desenvolver uma narração e/ou uma descrição, um poema ou outra tipologia/gênero;
 - c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - d) redigir seu texto a lápis ou a tinta em cor diferente de azul ou preto;
 - e) desenvolver o texto com menos de 20 (vinte) linhas ou mais de 25 (vinte e cinco) linhas;
 - f) redigir seu texto com menos de 200 (duzentas) palavras;
 - g) não for apresentada na versão definitiva ou for entregue em branco ou desenvolvida com letra ilegível; com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens.
 - h) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
 - 1.3 Utilize o espaço reservado ao rascunho para elaborar a sua redação.

Estados admitem rever planos

Os governadores do NE, que esperavam a instalação de usinas em seus estados, agora reavaliam seus pleitos

Brasília. O acidente nuclear ocorrido há duas semanas na Usina de Fukushima, no Japão, voltou a colocar em pauta, em todo o mundo, a segurança das usinas nucleares. E, no Brasil, alguns governadores do Nordeste decidiram reavaliar se a região deve receber uma das quatro novas usinas que o governo federal pretende construir no país até 2030.

"Quem é que vai, em meio à atual discussão, eu quero agora uma usina nuclear para o meu estado. Só se for idiota. E eu não sou idiota", disse ontem o governador do Piauí, Wilson Martins (PSB). Martins fez questão de frisar que "não recuou" da disputa com outros estados nordestinos cotados para abrigar uma das usinas, mas deixou claro que o projeto a cargo do Ministério de Minas e Energia deve ser "repensado".

"Agora, mudou tudo. O mundo inteiro está repensando os investimentos em energia nuclear, até então considerada segura e limpa. E o Piauí, assim como o Brasil como um todo, não vai deixar de repensar também", afirmou o governador, alegando que a situação exige bom-senso. O governador de Sergipe, Marcelo Déda (PT), também já havia mencionado, em nota, a necessidade de o país rediscutir a expansão da matriz nuclear com segurança. "A pretensão em disputar a instalação de uma usina no nosso território pressupõe garantias plenas de segurança das instalações".

Angra 2 sem licença

Em meio à polêmica, foi divulgado ontem que a usina nuclear de Angra 2, localizada no interior do Rio de Janeiro, opera comercialmente há uma década com o licenciamento ambiental incompleto. Ela possui apenas a licença de operação inicial e não a permanente, conforme exigem as regras. O licenciamento de usinas nucleares no Brasil é feito pelo Ibama e depois pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). Angra 2 possui o parecer favorável do Ibama mas ainda não recebeu da Cnen a autorização de operação permanente. Já a usina Angra 1 tem licenciamento completo. Disponível em <<http://diariodonordeste>>. Acesso em 23 mar 2011.

Com base na leitura do texto acima e em outras de seu conhecimento, redija um texto dissertativo no qual você argumente a favor ou não da criação de uma usina nuclear no nordeste do Brasil.

